



Dossiê Temático

Mudança de ciclo na América Latina

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Núcleo de Teoria Social e América Latina

Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues
Coordenação Executiva: Rafael Rezende

Sítio eletrônico: netsal.iesp.uerj.br
Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Dossiê Temático nº8– Mudança de ciclo na América Latina
Rio de Janeiro – Dezembro de 2018
Documento de apoio à pesquisa organizado pelos pesquisadores do NETSAL

Responsável Editorial: Mariane Reghim, Rafael Rezende e Victor Piaia
Capa: Victor Piaia

Sumário

Apresentação	3
1. Ciclos políticos - José Maurício Domingues	4
2. Entre la guerra y la paz: ciclos políticos en la Colombia de hoy – Catalina María Tabares Ochoa	9
3. Da Caravana Migrante ao American Dream: Aportes para entender a crise migratória na América Central e no México em 2018 – Simone da Silva Ribeiro Gomes	16
4. A eleição argentina de 2019: uma disputa pelas expectativas – Ariel Goldstein	25
5. Aníbal Quijano, intelectual latino-americano – Alexis Cortés	30
Apêndice – Coordenação Executiva NETSAL	36

Apresentação

O Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP- UERJ) tem o prazer de apresentar a oitava edição de seu Dossiê Temático, que este ano tem como tema Ciclos Políticos na América Latina. O Dossiê Temático tem por função sintetizar os debates empreendidos no NETSAL ao longo do ano. Em 2018, debatemos intensamente as mudanças políticas e sociais que transcorrem em nosso subcontinente: a chegada da extrema-direita ao poder no Brasil; o surgimento de uma nova força eleitoral, de esquerda, no Chile; a eleição colombiana com a inédita participação das FARC; as crises políticas na Venezuela e na Nicarágua; a inédita eleição de um presidente de centro-esquerda no México; a persistência da crise econômica argentina. Sem dúvida, 2018 nos proporcionou uma conjuntura farta em eventos passíveis de serem analisados à luz da ciência política e da sociologia.

A escolha do tema partiu do entendimento coletivo de que as transformações pelas quais o Brasil e o resto da América Latina passam são distintas, porém relacionadas. Convidamos, portanto, colegas pesquisadoras/es a refletirem sobre a conjuntura latino-americana a partir de questões nacionais.

Começamos com um texto escrito por José Maurício Domingues, onde ele apresenta a noção de "ciclos políticos", categorizando-a conceitualmente. No segundo texto, Catalina Ochoa nos apresenta uma nova Colômbia atravessada por uma velha questão: a guerra e a paz. Seguimos com Simone Gomes observando desde abaixo a crise migratória centro-americana como elemento chave para a compreensão da realidade dos países daquela região. No sexto texto, Ariel Goldstein apresenta o cenário político e econômico no qual as eleições de 2019 serão realizadas na Argentina. Por fim, terminamos com Alexis Cortés prestando uma homenagem póstuma a Aníbal Quijano, destacado sociólogo latino-americano que nos deixou em maio de 2018. O Dossiê é encerrado com um apêndice onde a coordenação executiva do grupo relata algumas das atividades promovidas por nós este ano.

Boa leitura a todos e todas!

1. Ciclos políticos

José Maurício Domingues¹

No debate brasileiro e latino-americano a ideia de ciclo político tem tido curso forte. Uma mudança de direção se fez presente nas análises dos anos 1990-2000, com a ascensão simultânea em vários países de agrupações de esquerda, na verdade desdobrando-se de um processo mais longo de democratização e em seguida de força do neoliberalismo. Hoje, de uma maneira geral, o que se caracterizou como aquele “giro à esquerda” se esgotou. O que vemos agora seria o início de um novo ciclo, dominado pela direita (Svampa, 2006 e 2018). Cumpre observar que processos com outro sinal mostram que não há sincronia absoluta entre o conjunto dos países latino-americanos. Esse é o caso da Colômbia, com a ascensão da esquerda e um centro renovado – embora sem lograr vitória nas eleições presidenciais – após o fim, em princípio e de maneira não absoluta, do conflito armado que marcou décadas de sua história. Caracteriza também o México, com a eleição do agora bastante moderado Lopez Obrador.

Pouco se discute, porém, o que caracteriza um ciclo político, conceitualmente. Há ao menos três abordagens da noção de ciclo que vale a pena mencionar.

Uma delas é a de ciclo de movimentos sociais e protesto (cycles of contention) (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001; Tarrow, 2011, cap. 10). Ela mostra como “repertórios” de protesto, “oportunidades” para isso e os atores que se movimentam aí são vigentes em determinado período, mas aos poucos se apagam, sendo talvez substituídos por novos elementos em novos ciclos. Há também a versão de Schlesinger (1986, pp. 27-31), segundo o qual teria lugar, na história dos Estados Unidos, uma alternância entre democratas e republicanos, entre visões mais liberais e mais conservadoras. Ele não explica, contudo, por que isso ocorre desta maneira, apontando tão somente para contradições internas ao próprio ciclo e vagamente para o papel das novas gerações. Enfim, há a teoria dos “ciclos de negócio”, de alguma forma inspirada em Michal Kalecki, um economista marxista polonês. Para ele a questão era até que ponto os empresários aceitam a

¹Professor do IESP-UERJ e coordenador do NETSAL.

diminuição de suas margens de lucro por intervenção do Estado favorável às classes trabalhadoras, buscando revertê-la em algum momento. Uma larga e controversa discussão se desdobrou posteriormente, segundo a qual a política de alguma maneira está marcada em seus processos eleitorais por como os políticos manipulam orçamentos e políticas econômicas e sociais em seu próprio interesse, calibrando o tempo dessas intervenções na sociedade com o intuito de manter-se no poder (ver Alesina, Roubini e Cohen, 1997).

Eu mesmo, entre outros, venho utilizando a ideia de ciclos para tratar da história recente do Brasil (Domingues, 2015 e 2017 – assim como os textos presentes em Bringel e Domingues, 2018). Um desses ciclos se estenderia da democratização ao presente momento, quando o que foi uma longa transição – de meados dos anos 2000 até agora – se concluiu, após um longo ciclo democratizador, dentro do qual houve o ciclo governamental do Partido dos Trabalhadores (PT). A eleição de Jair Bolsonaro, com a ascensão da extrema-direita, marca o início deste novo ciclo, que não sabemos como se desdobrará e quanto irá durar. As massivas manifestações de 2013 evidenciaram em alto e bom som a quem quisesse ouvir que o ciclo anterior se fechara. Muitos não quiseram compreender isso. Assim perderam a capacidade de iniciativa, arrastando-se com dificuldade no período de transição. O que lhes acontecerá daqui por diante dependerá de sua capacidade de adaptarem-se a um mundo novo.

Pode-se dizer que um ciclo político se caracteriza pela articulação de três elementos: 1) instituições, em seu funcionamento concreto, para além da letra da lei simplesmente, sendo em larga medida também informais e até mesmo ocultas (como no caso da corrupção); 2) uma agenda que se mantém firme, a despeito de variações, na esfera pública e à qual os atores dominantes têm que responder, pois ressoa fortemente na sociedade (por exemplo, miséria e fome, corrupção, etc.); 3) indivíduos e coletividades, ou mais coloquialmente “atores”, que emergem ao início do ciclo e nele se mantêm, podendo ser substituídos por outros, que no entanto dão continuidade aos compromissos e comportamento daqueles ao longo do desdobramento do ciclo. Uma vez superado um ciclo, as coisas podem mudar mais ou radicalmente, assim como as durações de cada ciclo pode ser variada, sendo mais ou menos longa de fato, de modo que seja possível caracterizá-los como tal.

Quando muda o ciclo, portanto, as instituições – em seu funcionamento concreto ao menos – se alteram, sem que necessariamente sejam parcialmente ou de todo substituídas. As constituições, por exemplo, são documentos vivos, para além do que nelas se escreve de maneira explícita, sua interpretação se fazendo sempre por algum tipo de hermenêutica concreta, por atores políticos e jurídicos. Uma agenda inclui elementos fundamentais, os quais são interpretados por diferentes atores de modo diferente, com ênfases distintas e os mesclando com outros elementos. Atores têm, obviamente, tempo de vida limitado, em particular no que se refere a sua durabilidade política, que pode ser longa. Um dia, de todo modo, antes muitas vezes que a vida biológica, a vida política e a capacidade de influenciar a conjuntura se terminam, mais ou menos gloriosamente, mais ou menos deprimentemente. Alguns simplesmente desaparecem de novo no mundo privado ou assumem papéis mais modestos na vida pública. Isso se refere a indivíduos em especial, embora fenômenos semelhantes ocorram com “subjetividades coletivas”, a saber, organizações como partidos, associações, sindicatos, etc., que podem todavia atravessar vários ciclos políticos, por outro lado por vezes rapidamente desaparecendo ou definhando, ao passo que outras emergem à medida em que os ciclos se sucedem. O que se chama em certas análises de “correlação de forças” entre esses “atores” é decisiva. Note-se que fenômenos de cunho “material” (tecnologias, por exemplo) e “imaginário” (valores em particular) oferecem uma espécie de suporte mais geral a estes três elementos e suas alterações ao longo das mudanças de ciclo e de seus desdobramentos.

Esses são elementos analíticos. Servem para análises mais de longo prazo, frequentemente sociológicas ou sociologizantes, por vezes de sociologia histórica, em que a mudança social vem para a linha de frente, com as narrativas tendo tanta importância quanto análises mais centradas nas instituições, relações e crenças ou conceitos dos atores da vida política de uma época (Barrington Moore Jr e Theda Skocpol se destacam nesse sentido, bem como o já mencionado Tilly). Também se aplicam estes elementos destacadamente para análises à conjuntura. Nestas Lenin (s/d) em particular sobressaiu. “Cartas de longe”, “Teses de abril” e “Conselhos de um ausente”, todos de 1917, são textos decisivos nesse sentido. Ele deixou um legado que, curiosamente, apenas os partidos leninistas – ou aqueles influenciados mais difusamente por essa tradição – cultivam. Isto afora um ou outro analista que na verdade, observadas as coisas mais de perto, comumente vem dessa tradição ou de organizações direta ou indiretamente por ela influenciadas. Lenin estava em especial atento para os momentos de ruptura – relativa ou

radical – que o fim dos ciclos anuncia, visando à revolução democrática e então à socialista. Aliás, os estudiosos de movimentos e revoluções soem ser familiares com os textos de Lenin, por estudarem os mesmos fenômenos que ele queria impulsionar. Obviamente, a intuição tem permitido que muitos sejam capazes de pensar a política, praticamente e no que tange a sua elaboração científica, sem ser influenciados por essa tradição ou dela até mesmo estarem cientes.

O objetivo deste breve texto foi oferecer uma visão mais sistemática dos ciclos políticos do que aquela que encontramos nas diversas literaturas das ciências sociais (afora às de Tarrow e Tilly, mais delimitadas no que concerne aos movimentos de protesto). Isso pode nos permitir também análises mais sistemáticas dos processos sociais, cientificamente, porém também servindo aos atores políticos que não queiram ser pegos no contrapé quando ocorre uma mudança de ciclo, como a que estivemos vivendo nos últimos anos.

Referências

Alesina, Alberto, Roubini, Nouriel e Cohen, Gerald D. (1997) *Political Cycles and the Macroeconomy* (Cambridge, MA: MIT Press).

Bringel, Breno e Domingues, José Maurício (2018) *Brasil. Cambio de era. Crisis, protestas y ciclos políticos* (Madri: Catarata).

Domingues, José Maurício (2015) *O Brasil entre o presente e o futuro. Conjuntura interna e inserção internacional* (Rio de Janeiro: Mauad, 2ª. edição).

Domingues, José Maurício (2015) *Esquerda. Crise e futuro* (Rio de Janeiro: Mauad).

Lenin, Vladimir I. (s/d) *Obras escolhidas*, vol. 1 (São Paulo: Alfa-Ômega).

McAdam, Doug, Tarrow, Sidney e Tilly, Charles (2001) *Dynamics of Contention* (Cambridge: Cambridge University Press).

Schlesinger Jr, Arthur M. (1986) *The Cycles of American History* (Boston: Houghton Mifflin).

Svampa, Maristella (2006) *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político* (Buenos Aires: Siglo XXI).

Svampa, Maristella (2017) *Del cambio de época al fin de ciclo. Gobiernos progresistas, extractivismo, y movimientos sociales en América Latina* (Buenos Aires: Edhasa).

2. ENTRE LA GUERRA Y LA PAZ: CICLOS POLÍTICOS EN LA COLOMBIA DE HOY

Catalina María Tabares Ochoa²

Un hecho fue significativo y sorprendente para la historia política de Colombia en el año 2018: un candidato de izquierda -Gustavo Petro- obtuvo más de 8 millones de votos, el 41.8% del total de la votación en segunda vuelta de las últimas elecciones presidenciales, una cifra mayor a la que 8 años atrás llevó a Juan Manuel Santos a la presidencia del país. ¿Por qué puede llegar a ser tan sorprendente este hecho? Son varias las razones que pueden explicarlo, me detendré en tres que desde mi punto de vista ayudan a dar respuesta a esta pregunta.

La primera, el caso colombiano ha sido disonante respecto a las tendencias de izquierda que cierran el actual ciclo en América Latina, lo que incluso ha llevado al país a un cierto aislamiento en la región. La segunda, la política colombiana ha estado signada por la violencia, los líderes de izquierda que en la historia del país tuvieron mayor popularidad y reales posibilidades de llegar al poder fueron sistemáticamente asesinados. La tercera, -y que examinaré con mayor detenimiento-, el conflicto armado interno en Colombia ha sido un factor determinante a la hora de elegir los dirigentes políticos del país. Así, desde los años 50 hasta hoy, los programas de gobierno han oscilado entre la búsqueda de la paz dialogada y el objetivo de ganar la guerra militarmente, desencadenando, de un lado, ciclos de guerra intensa, y de otro, prolongadas negociaciones que hoy se manifiestan en una sociedad polarizada a favor o en contra de los acuerdos de paz firmados en noviembre de 2016 entre el gobierno colombiano y la guerrilla Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia –Ejército del Pueblo (FARC-EP).

1. Notas disonantes: Colombia y América Latina

² Estudiante del doctorado en Sociología del Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) de la Universidade Estadual de Río de Janeiro. Integrante del grupo NETSAL.

De la historia reciente, tal vez sea la década del 2000 la que mejor ilustre la disonancia entre la mayoría de gobiernos de América Latina y el de Colombia. Cuando en el año 2009, 12 de los 19 gobiernos latinoamericanos eran de izquierda, Colombia alcanzaba su máxima derechización bajo el mandato del presidente Álvaro Uribe Vélez, quien bajo el lema de la seguridad democrática, radicalizó su lucha contra las guerrillas con las cuales el Estado colombiano había estado enfrentado desde hacía más de 40 años en un conflicto armado interno que había cobrado ya millones de víctimas.

Ese gobierno no solo tuvo efectos negativos para los sectores académicos, artísticos, periodísticos y políticos de la izquierda colombiana que resultaron criminalizados y señalados como guerrilleros por sus posturas críticas frente al establecimiento. También generó conflictos diplomáticos en la región, particularmente con Ecuador y Venezuela, en el primer caso por la intromisión militar del gobierno colombiano en territorio ecuatoriano en medio de la persecución a integrantes de las FARC-EP, y en el segundo, por desavenencias respecto a la mediación que en ese entonces el presidente venezolano Hugo Chavez realizó para efectos de intercambio humanitario entre el gobierno colombiano y la guerrilla de las FARC-EP.

A lo anterior se sumaron las estrechas relaciones entre el gobierno colombiano y el estadounidense, relaciones que iban en contravía de las rutas progresistas y libertarias trazadas en la América Latina de comienzos del siglo XXI, y que no eran más que la continuidad de un antiguo y sumiso vínculo que adquiriría distintas caras según los intereses del país del norte:

1) La guerra fría y las prácticas anticomunistas reflejadas en el gobierno de Julio César Turbay Ayala (1978-1982), caracterizado por las constantes y graves violaciones a los Derechos Humanos; 2) la guerra contra las drogas que comienza en los años 80 y se materializa con mayor determinación en el gobierno de Andrés Pastrana (1998-2002) a través del Plan Colombia, el incremento de las acciones militares, las fumigaciones a los cultivos ilícitos y los efectos que esto tiene sobre las poblaciones; y 3), la guerra contra el terrorismo declarada después del 11 de septiembre del 2001, la cual implicó una intromisión aún más decisiva del gobierno estadounidense en Colombia, la creación de siete bases militares en territorio colombiano en el año 2009, es un ejemplo de ello.

En las tres guerras la pervivencia de la lucha guerrillera fue un factor relevante: en la guerra fría la guerrilla era la principal enemiga del status quo y un importante sig-

no del fortalecimiento a la “amenaza comunista mundial”. En la guerra contra las drogas, era ella garante de la reproducción del narcotráfico y este a su vez el combustible de la subversión. Y en la guerra contra el terrorismo, la guerrilla era el rostro de una nueva amenaza mundial, que con el apelativo de “terrorista”, quedaba despojada de razones objetivas de lucha política, legitimando así su aniquilación.

La pervivencia de las guerrillas y de su mano la configuración de una cultura contrainsurgente, es una de las razones que pueden explicar las dificultades que la izquierda no armada ha tenido para llegar al poder en Colombia, y con ello, las dificultades para que los vientos de cambio lleguen como lo hicieron en otros países de América Latina, aunque hoy los vientos vayan en otra dirección y los balances sean discutibles.

2. Violencia y urnas

El exterminio sistemático de candidatos presidenciales en Colombia ha hecho carrera desde principios del siglo XX. Rafael Uribe Uribe simpatizante del movimiento sindical y campesino, fue asesinado en frente del capitolio nacional el 15 de octubre de 1914. Ya bien entrado ese mismo siglo fueron también asesinados Jorge Eliécer Gaitán (1948), Jaime Pardo Leal (1987), Luis Carlos Galán (1989), Bernardo Jaramillo Ossa (1990) y Carlos Pizarro (1990).

Una gran mayoría de los nombres mencionados enarbolaba las banderas de la izquierda, entre ellos algunos ex guerrilleros que hicieron parte de negociaciones políticas y se integraban al sistema oficial a través de la conformación de nuevos partidos políticos y de su postulación como candidatos a la presidencia de la república; otros tantos eran de tendencia liberal-socialista; cada uno de ellos fue apoyado por amplios sectores populares que se sentían identificados con sus ideas progresistas, reconocidos en sus luchas por la reivindicación de derechos sociales, y agotados por la corrupción y la infiltración del narcotráfico en la política que dichos candidatos denunciaban y proponían vehementemente zanjar.

Muchos de estos crímenes no han sido hasta hoy esclarecidos, y de los que hay noticias se sabe que sectores políticos y religiosos dominantes, así como grupos mafiosos y paramilitares han estado involucrados. De ahí, que el 17 de junio de 2018, tras los

resultados de las elecciones presidenciales, muchos en Colombia celebraron que Gustavo Petro, ex guerrillero del M-19 (Movimiento 19 de abril), ex alcalde de Bogotá, Senador de la república y uno de los opositores más radicales de los últimos gobiernos en el país, no solo alcanzara un histórico número de votos, sino que consiguiera llegar vivo al día de las elecciones, algo está cambiando en Colombia, es lo que algunos analistas políticos manifestaron, aún con el sabor amargo para muchos del triunfo de la derecha.

3. Ciclos de guerra y de paz

Como lo dijo hace ya dos décadas la profesora María Teresa Uribe, “en Colombia la guerra y la violencia han sido ejes estructurantes y vertebradores del Estado nacional”, “nuestras violencias endémicas y nuestras guerras interminables” (1999, p. 24) - para continuar con sus palabras- así lo evidencian. Hemos pasado de las numerosas guerras civiles del siglo XIX, a los años de la violencia bipartidista de la primera mitad del siglo XX, y de ahí a un conflicto armado interno prolongado y complejo que dejó entre los años 1958 y 2012, al menos 220.000³ personas muertas, casi 8 millones de personas desplazadas y muchas otras víctimas, estas cifras sin duda no dan cuenta del sufrimiento humano que esconden.

Tan constantes como las guerras han sido los tratados, indultos, treguas y amnistías en la historia colombiana. Si bien algunos académicos (Vargas, 2015 y Pizarro, 2017) inician su balance sobre los procesos de paz en Colombia en la década de los 80, pues fue en el año 1984 que se firmaron los primeros acuerdos alcanzados con las FARC durante el gobierno de Belisario Betancur (1982 – 1986), de quien se reconoce su apuesta decidida por la paz, los intentos de buscar salidas negociadas al conflicto vienen de tiempo atrás. Así por ejemplo, en la mitad del siglo XX el general Rojas Pinilla “promovió una política de desarme y desarticulación de las organizaciones guerrilleras” (Chaparro, 2017, p. 37) y “Julio César Turbay expidió la Ley 37, o Ley de Amnistía, y siete meses después creó una comisión de paz que lideró el expresidente Carlos Lleras”⁴.

³ GMH. ¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013. p. 31

⁴ <https://www.elespectador.com/noticias/paz/acuerdos-y-amnistias-historia-reciente-de-colombia-articulo-656856> (Consultado en El Espectador, 8 de enero de 2019)

Entre 1984 y 2012, fueron 16 las negociaciones de paz con distintos grupos guerrilleros (M-19, EPL, ADO, PRT, Quintín Lame, CRS, ELN y FARC-EP), incluyendo también el sometimiento a la justicia de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) (Pizarro, 2017, p. 27). Solo hasta el año 2016 se logró la firma del Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera, celebrado entre el gobierno de Juan Manuel Santos y la guerrilla de las FARC-EP, después de cuatro años de diálogos y más de 50 de guerra.

En retrospectiva y solo tomando como ejemplo dos décadas de periodos presidenciales en Colombia, es posible afirmar que la guerra no solo cooptó gran parte de la agenda política del país, sino que el ascenso militar y político de las guerrillas y particularmente de las FARC-EP, fue decisivo para la elección de los mandatarios. El recrudecimiento de la guerra en la década de los 90, las ansias de paz y la convicción de que Andrés Pastrana lograría negociar con las FARC-EP fue lo que en definitiva lo llevó a ser electo como presidente para el periodo 1998-2002.

La decepción por un proceso de paz fallido y la cada vez más desfavorable opinión pública de la sociedad y la comunidad internacional hacia las FARC-EP fue lo que hizo seductoras para gran parte de la sociedad colombiana las propuestas autoritarias de Álvaro Uribe Vélez, quien alcanzó la presidencia en 2002 y tras su política de guerra total ganó una gran popularidad como presidente que lo llevó a reelegirse (2006- 2010) a través de una figura antes inexistente en Colombia.

Juan Manuel Santos, -ministro de defensa de Álvaro Uribe Vélez- quien alcanzó su primer periodo presidencial (2010-2014) con el capital político de Uribe y con la confianza de muchos de que continuaría con su política de guerra, fue quien paradójicamente logró llevar a término el proceso de paz con la guerrilla de las FARC-EP en un segundo periodo presidencial (2014 -2018), en el que fue electo por muchos como un grito desesperado a favor de la paz. Juan Manuel Santos, en efecto, transitó de un ciclo de guerra, a uno de paz.

El resultado final es conocido, el plebiscito por la paz mostró el grado de polarización de la sociedad colombiana, mientras por un lado la ciudadanía salió masivamente a las calles a gritar “¡Acuerdo ya!” y a defender “la paz querida”, sectores conservadores y de la extrema derecha, señalaron que con los acuerdos reinaría la “ideología de género” y el “castrochavismo”.

La partida siguiente fueron las últimas elecciones presidenciales, en las cuales uno de los debates sustanciales que marcó la contienda electoral osciló entre quienes proponían respetar el proceso de paz y los que lo señalaban como ilegítimo. No sería arriesgado decir que el triunfo de la derecha, principal opositora de lo acordado en el proceso de paz puede abocar a Colombia a un nuevo ciclo de guerra, la violencia no cesa, en el año 2018 más de 226 líderes sociales⁵ fueron asesinados sistemáticamente, y en lo que va del año uno cada día⁶, según el Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz (INDEPAZ), más de 80 ex guerrilleros de las FARC han sido también asesinados desde que se firmó el acuerdo de paz⁷, además, los territorios antes ocupados por la guerrilla, no han sido controlados por el Estado y vienen siendo ocupados por otros grupos armados al margen de la ley.

En medio de este panorama, el ascenso de la izquierda aún sin una victoria definitiva, sorprende y propone caminos en una dirección distinta a la que desde hace décadas ha predominado en el país, sin las FARC-EP en el centro de los problemas, Colombia tendrá que ocuparse de lo sustancial y parece que lo está haciendo, los 11, 6 millones de votos alcanzados en la consulta anticorrupción realizada en el año 2018 por sectores renovados de centro e izquierda, y las multitudinarias movilizaciones que desde la llegada del presidente de derecha Iván Duque el 7 de agosto pasado, han tenido lugar para protestar por la deuda histórica con la educación pública, por una reforma tributaria que es desventajosa para las clases medias y populares y por otros derechos sociales precarizados, parecen ser una muestra de ello.

En el fondo de estas movilizaciones lo que hay es un clamor por el cambio social y un grito de resistencia, y como bien lo dice Gonzalo Sánchez “Colombia tiene una larga historia de violencia, pero también una renovada capacidad de resistencia a ella” (GMH, 2013, p. 13), y es ahí donde puede estar su salvación.

⁵ <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/lideres-sociales-asesinados-en-colombia-entre-enero-y-noviembre-del-2018-296924> (Consultado el 8 de enero de 2019).

⁶ <https://www.elespectador.com/noticias/judicial/van-6-lideres-asesinados-en-primeros-siete-dias-de-2019-articulo-832725> (Consultado el 8 de enero de 2019)

⁷ <https://www.eltiempo.com/justicia/investigacion/asesinatos-de-exguerrilleros-de-farc-tras-la-firma-de-la-paz-264996> (Consultado el 8 de enero de 2019)

Referências

Chaparro Rodríguez, Julio Cesar (2017) El ocaso de la guerra: La confrontación armada y los procesos de paz en Colombia. Editorial Universidad del Rosario.

GMH. ¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

Pizarro, Eduardo (2017). Cambiar el futuro. Historia de los procesos de paz en Colombia (1981- 2016). Debate.

Uribe de Hincapié, Maria Tereza (1999). Las soberanías en disputa: ¿Conflicto de identidades o de derechos?

Vargas, Alejo. (2015). Colombia: muy cerca de la esperanza. 27 de septiembre de 2015. Serie Desafíos Latinoamericanos, 2 Disponible en: <http://blogs.elpais.com/contrapuntos/2015/09/colombia-muy-cerca-de-la-esperanza.html> [recuperado el 4 de octubre de 2015].

3. Da Caravana Migrante ao American Dream: Aportes para entender a crise migratória na América Central e no México em 2018⁸

Simone da Silva Ribeiro Gomes⁹

São movimentos migratórios distintos, mas com uma gênese compartilhada: a América Central. Em 6 de novembro de 2018, Mónica Martínez, nascida em El Salvador e residente nos EUA desde os três anos, idade na qual migrou para o país, foi eleita senadora pelo estado de Nova Iorque. Concomitantemente, cerca de 3.500 migrantes centro-americanos¹⁰, homens, mulheres e crianças¹¹, atravessavam o México no mesmo movimento, burlando leis migratórias de vários países, no que ficou conhecido como a “Caravana Migrante”. O intuito de cruzar mais de 2 mil quilômetros em direção ao território estadunidense, iniciou na cidade de San Pedro Sula¹², em Honduras, e deixou muitos dos migrantes no meio do caminho, limitados ao México.

Conquanto pareça novidade, o fenômeno da migração advindo dessa região não é recente e deve ser entendido a partir de quatro ondas migratórias no século XX, fortemente influenciada por fatores econômicos, sociais e políticos. A primeira onda data da década de 1920, internamente, com muitas pessoas buscando trabalho nas plantações de banana de Honduras, ao passo que a segunda, na década de 1970, foi influenciada pela instabilidade política advinda da guerra com o vizinho El Salvador, nesse momento já em direção aos EUA. Um terceiro momento ocorreu no final da década de 1980, por conta dos conflitos armados na região, sobretudo El Salvador e Guatemala, ocasionando uma onda massiva de hondurenhos em direção ao norte. Já a partir de 1992 até 2005, a violência ocasionada pela delinquência organizada em gangues juvenis - as *pandillas* –

⁸ A autora gostaria de agradecer a sempre cuidadosa leitura de Talita Tanscheit, Giovana Zucatto, Marcia Rangel Cândido, Pedro Borba, Guilherme Benzaquen e Rodrigo Cantu.

⁹ Departamento de Ciências Sociais IFISP-UFPEL e pesquisadora do NETSAL

¹⁰ O número de migrantes da Caravana também parece estar em disputa, reunidos, ao que tudo indica, por uma convocatória difundida nas redes sociais, em poucos dias, mas que segundo que Farhan Aziz Haq, porta voz adjunto da ONU, seriam 7.233 integrantes, ao passo que a Norwegian Refugee Council, afirma que seriam 14.000, por conta das distintas ondas de migrantes que se somaram no processo.

¹¹ Seriam cerca de 2.300 crianças, segundo o site El Faro. https://elfaro.net/es/201811/ef_foto/22667/La-romer%C3%ADa-de-los-ni%C3%B1os-sin-pa%C3%ADs.htm

¹² San Pedro Sula es una de las ciudades más violentas en una nación con una de las tasas de homicidios más elevadas del mundo. Las dos principales pandillas, la Mara Salvatrucha y Barrio 18, se disputan territorios, y las fuerzas de seguridad no cuentan con la confianza de los ciudadanos.

sobretudo a *Mara Salvatrucha (MS-13)* e *Barrio 18* - tal como os efeitos do furacão *Mitch* em 1998¹³, acarretaram outra leva em direção ao vizinho estadunidense. Essas ondas migratórias, no entanto, recebem taxas impressionantes de resposta negativa, ou seja, deportações, que nos últimos dez anos, oscilaram entre 70 a 80 mil hondurenhos deportados pelos EUA, taxa similar no México, ou cerca de 136 hondurenhos deportados diariamente em 2018¹⁴ (Porraz Gómez, 2017).

Para entender as razões dessas imigrações é preciso um olhar cuidadoso sobre a América Central. Honduras, país de 9,265 milhões de habitantes¹⁵, por exemplo, tem 60,9% de sua população vivendo em situação de pobreza (CEPAL, 2017) e 38,4%¹⁶ em pobreza extrema, taxa ulterior que indica dificuldades adicionais para alimentar-se. Ao mesmo tempo, o principal *produto econômico do país* parece ser sua população, posto que as remessas vindas dos EUA de parte dos imigrantes são sua principal fonte de ingressos econômicos, chegando a 4.600 milhões de dólares no ano de 2018¹⁷, parte do que Cantu (2015) qualifica como um regime informal excludente-familiarista¹⁸.

A caravana passa, e em outubro passado, enquanto cruzava o estado de Chiapas, no sul mexicano, o presidente Donald Trump, ameaçou levar cinco mil tropas militares adicionais às extensas fronteiras do norte do México com os EUA¹⁹. A retórica de Trump busca *politizar o medo*, sobretudo frente à eleição intermediária em novembro e a renovação do Congresso²⁰ adicionalmente a ter em vista as eleições de 2020. E, portanto, às acusações do presidente norte-americano que os migrantes seriam terroristas, narcotraficantes, criminosos e árabes desconhecidos²¹, responderam serem “*¡hondureños, no somos traficantes, somos inmigrantes!*”, justamente quando cruzavam uma das fronteiras com o gigante México, em Chiapas²². À desconfiança da retórica norte-

13 Furacão que afetou particularmente Honduras, com cerca de 7 mil mortos e 11 mil desaparecidos, em 1998. Para maiores informações https://elpais.com/diario/1998/11/04/internacional/910134001_850215.html

14 Dados de 2018, entre os meses de janeiro a setembro, segundo o Instituto Nacional de Migración. Fonte <https://www.elnuevoherald.com/noticias/estadosunidos/article221341420.html#storylink=cpy>

15 Segundo dados do Banco Mundial, em 2017.

16 <https://www.infobae.com/america/america-latina/2018/11/03/detras-de-la-caravana-migrante-por-que-honduras-se-convirtio-en-una-maquina-de-expulsar-personas/>

17 <https://mundo.sputniknews.com/politica/201811081083293442-honduras-exportacion-migracion-crisis-fronteras-eeuu/>

18 Para o autor, os países da América Central fariam parte de um regime excludente-migratório, em que o valor das remessas enviadas por trabalhadores a seus países de origem alcançam entre 11 a 21% do PIB desses países.

19 Tropas que se somariam aos cerca de 2,092 guardas nacionais que foram remanejados para as fronteiras em abril de 2018, chegando ao número de 7.300 guardas. Fonte: <https://www.buzzfeednews.com/article/verabergengruen/the-us-soon-will-have-more-troops-along-the-mexican-border>

20 Nas eleições de 8 de novembro foram o comparecimento foi de 28 milhões de pessoas, cerca de 10 milhões a mais do que as eleições intermediárias em 2014.

21 <https://www.nytimes.com/2018/11/02/opinion/caravan-border-trump-migrant.html>

22 Fonte: <https://desinformemonos.org/ataque-a-migrantes-hondurenos-en-la-frontera-con-mexico/>

americana, somam-se uma série de relações alinhadas política e economicamente com o vizinho EUA, como o próprio Juan Orlando Hernandez, presidente de Honduras, que já afirmou ser necessário investigar quem *estaria por trás* desse movimento.

Mas no meio do caminho tinha o México, cujo panorama político em 2018 parece ser de um respiro democrático, após muitos anos de governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), entre 1929-2000, doze de presidência do Partido de la Acción Nacional (PAN) e uma desastrosa volta do PRI, entre 2012 e 2018. O sexênio do recém eleito Andrés Manuel López Obrador (AMLO), do *Movimiento de Regeneración Nacional* (Morena), começa, em certa medida, com um voto de confiança à esquerda, apesar de ainda considerado por seus opositores como um personagem advindo das tradições do caudilhismo latino-americano, com um discurso que transitaria entre o democrático e o demagógico²³.

O México, com de cerca de 117 milhões de habitantes²⁴, é um país de voto facultativo, mas que votou massivamente²⁵, em 1 de julho desse ano, elegendo AMLO²⁶, que assumirá a presidência em 1º de dezembro. Ademais, o partido relativamente novo Morena obteve a maioria no congresso, indicando uma disposição para AMLO governar, além de uma primeira sinalização à esquerda do país em quase um século, ainda que com distintas controvérsias relativas às expectativas dos movimentos sociais e ativistas no país²⁷.

Contextualmente, uma importante sinalização à esquerda do presidente recém eleito foi a promessa de garantir vistos de trabalho especiais para os migrantes dessa Caravana que desejem ficar no país, que já chegam, até o momento, a 2,697 permissões provisórias de trabalho e 3.230²⁸ solicitações de refúgio, enquanto a Comisión Mexicana de Ayuda a Refugiados (COMAR) define os pedidos de asilo²⁹. Não é de forma

23 <https://www.jornada.com.mx/2018/11/04/opinion/016a1pol#>

24 Segundo dados do Consejo Nacional de Población (CONAPO), 2017.

25 Tendo em vista que a lista nominal de eleitores contabilizava 89,2 milhões e 56,6 milhões foram às urnas, dentre os quais 30,1 milhões votou na coalizão *Juntos Haremos Historia* (Morena, PT y PES) encabeçada por AMLO.

26 Instituto Nacional Electoral (INE), 2018. Fonte: <https://www.ine.mx/voto-y-elecciones/resultados-electorales/>

27 Para Almeyra, dentre essas se destacariam a ausência de apoio contundente aos habitantes de Atenco e do lago de Texcoco – lutas importantes abarcadas nos movimentos locais –, além de seguir negociando o local do novo Aeroporto Internacional de México, ainda que não seja realizado no local pretendido pelas elites financeiras, em um projeto que não incluirá mais um megaprojeto imobiliário na região. Ainda assim, se reuniu com os grupos de Atenco e com os professores da Coordinadora Nacional de los Trabajadores de la Educación (CNTE), criminalizados e perseguidos nos governos anteriores.

28 <https://www.elnuevoherald.com/noticias/estadosunidos/article221341420.html#storylink=cpy>

29 <https://www.animalpolitico.com/2018/11/migrantes-permiso-trabajo-mexico/?fbclid=IwAR0rJrgI7eg69gAtcx1bX3DWhQzRWpcCSiPamtkd7Q8um4uR4QVaukFF0hQ>

acrítica que essas promessas de AMLO são recebidas por articulistas políticos que o acusam de populista, dado que o índice de desemprego do próprio México é alto, chegando a 53 milhões de pessoas sem vínculos formais de trabalho. Tal número que deve ser encarado como mais um dos perversos legados do governo de Enrique Peña Nieto (EPN), que incluem também quase três mil detenções arbitrárias de ativistas, além de um aumento significativo dos índices de violência registrados no país, relativo à Guerra às Drogas³⁰, na configuração do que ficou conhecido como um *narcoestado*.³¹

Por outro lado, nos países do istmo *migrante*, a situação é desalentadora. Com severos problemas humanitários, Honduras, reeleveu no final de 2017, após um conturbado anúncio da vitória do candidato de oposição Salvador Nasralla, da Alianza de Oposición, formada pelo Partido Libertad y Refundación (LIBRE) e Partido Innovación y Unidad (PINU), convertida– em uma sinalização tida como um golpe–Juan Orlando Hernandez (JOH), do Partido Nacional (PN). Os índices de pobreza no país são alarmantes e uma alta taxa crescente de desemprego, que foi de 4.3% em 2011 para 8% em 2017, com mais de 50% da população subempregada (Suazo, 2017), resultado que afeta particularmente as mulheres, cuja remuneração é substantivamente menor em um país de estrutura econômica não diversificada, dependente da exportação de *commodities* agrícolas e de algumas *empresas maquiladoras*³² (Cordero, 2009). Tudo isso, frente às acusações frequentes de que o governo anterior de Hernandez havia aprofundado a influência sobre os meios hegemônicos de comunicação e as relações de lealdade com as Forças Armadas (Gomes, 2018).

Em relação à migração, é importante afirmar que Honduras figura entre os maiores *exportadores de seres humanos* do mundo, um polo migrante, desde a década de 1970, com 10% de sua população atual vivendo em solo estadunidense, enviando parte de seus salários aos familiares em Honduras, que não raro são maiores que os salários recebidos no país. Essa fuga relativa se deve, em larga medida, aos alarmantes níveis de violência, uma vez que Honduras obteve o topo no índice de assassinatos no mundo em

30 A Guerra às Drogas no México foi intensificada a partir de 2000, no primeiro mandato do PAN, com o presidente Felipe Calderón e sua estratégia declarada de endurecimento contra o narcotráfico atuante no país, com resultados contraproducentes. Para maiores informações, ver:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/03/internacional/1483401240_525095.html

31 <https://www.jornada.com.mx/2018/11/04/opinion/012a1pol#>

32 As empresas maquiladoras, ou maquilas, são empresas que importam materiais sem o pagamento de taxas, com produtos não comercializados no país onde estão sendo produzidos. O termo originou-se no México, país onde o fenômeno de empresas maquiladoras está amplamente difundido, sobretudo no norte, na fronteira com os EUA.

2011, com 86,5 para cada 100 mil habitantes, cuja ligeira melhora, com 43,6 para cada 100 mil, em 2017, alterou a posição atualmente para a quarta posição.³³

O vizinho El Salvador, que leva o posto de país mais violento do mundo³⁴, possui cerca de 6,5 milhões de habitantes (com 3,5 milhões de seus concidadãos em outros países), e também tem à frente um desafio eleitoral. O favorito para as eleições presidenciais de fevereiro de 2019 é o ex-prefeito da capital, San Salvador, Nayib Bukele, do partido Gran Alianza por la Unidad Nacional (GAN), que já reconheceu recentemente o "drama humano" do país representado pela migração consubstanciada na Caravana Migrante³⁵.

Para entender essa onda é necessário observar, igualmente, os protestos que sacudiram a Nicarágua desde 18 de abril desse ano, iniciadas por conta da proposta de reforma do INSS no país, que após um período de maior intensidade, agora desapareceram dos noticiários da mídia hegemônica, mas que contavam com um saldo, no começo de novembro, de 552 presos políticos – dentre os quais 46 mulheres – em condições precárias de encarceramento, com denúncias de violência sexual detrás das grades. O número de mortos nesses protestos varia de acordo com as fontes, entre 325 a 528 segundo os organismos humanitários locais e internacionais, ao passo que o governo reconhece oficialmente 199 vítimas³⁶. Apesar dessa onda recente de mobilizações, a Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), partido de Daniel Ortega, no poder desde 2007, reeleito em 2016, mantém-se na presidência.

Em sua defesa, o presidente Ortega afirma que os cerca de 200 presos – segundo a contagem do governo - seriam “terroristas” desejosos em realizar um golpe de Estado. Apesar dos apelos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e da Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), que responsabilizam diretamente o governo pelas mortes e outras violações de Direitos Humanos nesses protestos, que incluem também execuções extrajudiciais, torturas, obstrução a atenção médica, detenções arbitrárias, sequestros e violência sexual, o governo segue irredutível.

33 Atrás apenas de El Salvador (60,1), Jamaica (56) e Venezuela (51,1), para cada 100 mil habitantes. Dados do Monitor de Violencia Igarapé, fonte <https://igarape.org.br/apps/observatorio-de-homicidios/>

34 <https://noticias.r7.com/internacional/em-ranking-mundial-de-homicidios-brasil-ocupa-13-lugar-20072018>

35 <https://www.notimerica.com/politica/noticia-favorito-presidenciales-salvadordestaca-caravana-pone-cara-drama-humano-20181107120145.html>

36 <https://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/article221115975.html>

A situação na Costa Rica, por outro lado, país de 5 milhões de habitantes, diverge dos demais centro-americanos pela relativa estabilidade e ausência de violência cometida por *pandillas*. No entanto, o país também é alvo recente de uma onda de protestos e greves nos setores públicos. As razões da deflagração desses episódios são semelhantes à situação na vizinha Nicarágua³⁷, a veiculação de uma proposta de Projeto de Lei, o *Ley de fortalecimiento de las finanzas públicas 20580*, que detalha a Reforma Fiscal, aprovada pela câmara, proposta pelo governo para sanar o déficit fiscal no país³⁸. Parte dos setores universitários, movimentos sociais e sindicatos – sobretudo os petroleiro, elétrico e educativo - enxergam essa reforma como uma regressão que transfere a responsabilidade da crise para os setores mais vulneráveis economicamente³⁹.

Essa onda de mobilizações se deu após a interrupção da rotatividade de poder entre os tradicionais Partido Liberación Nacional (PLN) e Partido Unidad Social Cristiana (PUSC), em 2014, com a eleição, nesse mesmo ano, de Luis Guillermo Solís para presidência, do Partido Acción Ciudadana (PAC). Essa nova organização, de centro-esquerda, ganhou força, mas logo teve que conviver com a frustração de grande parte da população, supostamente por não agir sobre a crescente dívida pública do país e dos casos de corrupção, notadamente em bancos estatais. Esse ano, o PAC elegeu novamente um presidente, Carlos Alvarado, em uma acirrada disputa com um candidato do conservador Partido Restauración Nacional (PRN), Gerardo Fabricio Alvarado.

Ademais, a crise migratória interna na América Central se agudizou com o recente aumento do fluxo de nicaraguenses que tem buscado migrar para a Costa Rica. Esse país tem procurado abrir suas fronteiras para a recepção dos cerca de 52 mil nicaraguenses fugindo da repressão entre os meses de janeiro a setembro⁴⁰. Honduras, vizinho ao norte, ao contrário, vem reagindo ao trânsito intensificado de migrantes de forma negativa, ao que tudo indica pelo fluxo crescente de nicaraguenses que buscam visita ou residência, com normativas recentes que incluem o aviso de viagens ao país com antecedência de sete dias⁴¹. Como parece habitual em crises diplomáticas, a Nica-

37 E também similares à aprovação da PEC 55, popularmente conhecida como PEC do fim do mundo, aprovada em dezembro de 2016, no Brasil, em alguns aspectos.

38 Déficit fiscal que em 2017 correspondia a 6,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, cerca de 80.000 milhões de dólares e poderia superar 7% nos anos seguintes.

39 <http://observatoriodemocracia.cesmea.mx/index.php/2018/10/04/costa-rica-en-su-laberinto/>

40 Segundo a Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). Fonte: <https://www.laprensa.com.ni/2018/11/03/nacionales/2491868-cidh-urgio-al-estado-de-nicaragua-a-detener-la-represion-contra-las-voces-disidentes>

41 <https://www.elnuevodiario.com.ni/nacionales/478575-honduras-ordena-prechequeo-migratorio-nicas/>

rágua dificultou então o trânsito diário dos cerca de 200 hondurenhos que atravessam a região⁴².

Adicionalmente, a migração é parte essencial das conversas entre os presidentes de Honduras e Guatemala, que pressionam o governo mexicano para tomar providências *duras* contra os organizadores da Caravana que marcham nesse momento em solo mexicano. Os dois líderes levantam, inclusive, suspeitas sobre o movimento, chamando as caravanas de *mobilizações irregulares*⁴³. O presidente hondurenho Juan Orlando Hernández, por exemplo, já enviou diversos ônibus para o México, para o regresso dos caminhantes *arrepentidos*, ignorando a vontade e as razões que colocam milhares de concidadãos a realizar uma viagem dessa proporção rumo aos EUA. Dessa forma, alguns milhares de centro-americanos já retornaram aos seus países de origem e uma reunião entre os presidentes de Guatemala e Honduras, no começo de novembro, buscou tratar desse *retorno seguro*⁴⁴.

A caravana passa, portanto, a despeito de seu êxito contra intuitivo, tendo em vista o aumento significativo dos números de deportações desde a presidência de Barack Obama (2009-2017), incluindo uma inflexão em 2014 no que ficou conhecido como uma das mais severas crises migratórias, com 34.495 deportações de centro-americanos dos EUA. Recentemente, entre 1 de outubro de 2017 e 31 de agosto de 2018, antes mesmo do início da Caravana Migrante, a Patrulha de Fronteira dos EUA deteve 33.123 famílias hondurenhas. Afinal, somente Honduras, Guatemala e El Salvador, são responsáveis por 8% das demandas por asilo no mundo, em que pese representarem apenas 0,4% da população mundial.⁴⁵

Assim, enquanto essa mesma caravana passa, os desentendimentos diplomáticos entre os governos centro-americanos e o estadunidense crescem, mormente relativos à acusação de Donald Trump de que os presidentes desses países seriam negligentes ao não impedir a saída de seus concidadãos. As indefinições diplomáticas seguem, com

42 <https://www.laprensa.hn/honduras/1230756-410/restricciones-migratorias-frontera-honduras-nicaragua-ingresar>

43 <http://www.eluniversal.com.mx/mundo/presidente-de-honduras-acusa-trump-de-lesionar-el-honor-nacional>

44 <https://www.excelsior.com.mx/global/honduras-y-guatemala-vuelven-a-tratar-crisis-migratoria/1276293>

45 <https://www.infobae.com/america/america-latina/2018/11/03/detras-de-la-caravana-migrante-por-que-honduras-se-convirtio-en-una-maquina-de-expulsar-personas/>

acusações seguidas de Trump de que os países da América Central roubariam as verbas repassadas por Washington, além de afirmar que em breve retirarão tal auxílio⁴⁶.

Finalmente, para além das bravatas dos governantes, é preciso buscar explicações mais complexas para o fenômeno da Caravana, o que invariavelmente leva à violência extrema dos contextos de origem dos caminhantes centro-americanos. Os índices de homicídio de El Salvador e Honduras, respectivamente, 750 salvadorenhos por ano, em 2015, junto às 8.719 mortes por causa externa em Honduras, em 2014, com 68.1% desse total, 5 936, por conta de homicídios, nos ajuda a entender a grave crise que a violência acarreta nesses países (Porraz Gómez, 2017). Observar esses dados, portanto, auxilia a colocar rostos nos pés descalços cruzando muitos quilômetros em direção ao *American Dream*, com membros que não contam com recursos econômicos para financiar sua viagem, nem tampouco defenderem-se dos inúmeros perigos que a travessia os coloca. É em seu espantoso número, na possibilidade de fazer-se multidão, que esses migrantes têm seu único recurso de sobrevivência, e quiçá, sucesso, tornando o ataque mais difícil e o apoio político menos improvável.

46 Em uma conferência do Partido Republicano, que pode ser vista aqui https://www.youtube.com/watch?time_continue=75&v=FhmmK0V_fXY

Referências

Cantu, Rodrigo (2015) Depois das reformas: os regimes de proteção social latino-americanos na década de 2000. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 23, n. 56, p. 45-73, dic 2015 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782015000400045&lng=en&nrm=iso Acesso em 11 Nov. 2018.

Cordero, José Antonio (2009) Honduras: Recent economic performance. Disponível em: <http://www.cepr.net/documents/publications/honduras-2009-11.pdf> . Acesso em 11 nov 2018.

CEPAL. Índice de Pobreza Multidimensional en Honduras. Disponível em <https://www.cepal.org/.../08-10-honduras-indice-pobreza-multidimencional.pdf> . Acesso em 11 nov 2018.

Gomes, Simone da Silva Ribeiro (2018) Honduras: entre elecciones y oportunidades para activistas en el siglo XXI. *Revista Caricen – UNAM*. Volume 8. Maio-Junho 2018. Disponível em: http://investigacion.politicas.unam.mx/caricen/flips/flip_8/index.html. Acesso em 11 nov 2018.

Porraz Gomez, Iván Francisco (2017) Entender las violencias: los jóvenes migrantes centroamericanos en sus lugares de origen y su tránsito por el sur de México. **Nueva antropol**, México , v. 30, n. 87, p. 107-130, dic. 2017 . Disponible en http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018506362017000200107&lng=es&nrm=iso. Acesso em 06 nov. 2018.

Suazo, Javier (2017) “FMI y las sombras del fraude y represión”, en Alai, 20 de diciembre. Dirección URL: <https://www.alainet.org/es/articulo/190007> . Acesso em 06 nov. 2018.

4. **A** eleição 2019: uma disputa pelas expectativas

Ariel Goldstein⁴⁷

1) 2015: Do período “nacional-popular” ao Cambiemos

Com sua chegada ao governo, em dezembro de 2015, Macri e a sua coalizão partidária despertaram expectativas de mudança em uma parte da população e no mercado internacional após 12 anos do chamado “kirchnerismo” - os governos de Néstor e Cristina Kirchner. Durante o kirchnerismo, o medo dos empresários frente a possibilidade de virar “uma Venezuela” tinha levado aos CEOs das empresas privadas a “ingressar na política”⁴⁸. Macri, que tinha sido prefeito de Buenos Aires por oito anos, virou presidente em uma coalizão entre seu novo partido, o Proposta Republicana (PRO), e a União Cívica Radical (UCR), um partido de centro que virou para a direita como consequência da ocupação do espaço da centro-esquerda pelo kirchnerismo por doze anos.

Entre estes dois partidos estabeleceu-se, principalmente, uma sociedade de poder e ideológica. Durante os doze anos prévios, após algumas migrações iniciais ao kirchnerismo, a maioria dos radicais ficou fora desse governo, fazendo oposição desde a direita e criticando a corrupção. Ao ocupar o espaço do “nacional-popular”, da esquerda e do peronismo, o kirchnerismo gerou uma oposição de direita liberal, originada dessa articulação entre macrismo e radicalismo chamada *Cambiemos*.

O grande conflito que o governo da Cristina Kirchner teve com os produtores do agronegócio em março de 2008, assim como importantes protestos das frações descontentes da classe média em 2012, foram precedentes para a configuração competitiva da oposição que cristalizou em 2015. Macri foi crescendo em razão da grande oposição que tinha a continuidade do kirchnerismo na sociedade. Os K apresentaram um candidato, o ex governador de Buenos Aires, Daniel Scioli, desaprovado pelas próprias bases e desde

⁴⁷ Pesquisador do Conicet no Instituto de Estudios de América Latina e o Caribe, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires. Autor do livro “Imprensa tradicional e lideranças populares no Brasil” (A Contracorriente, 2017).

⁴⁸ Entrevista a Gabriel Vommaro, ““Hubo un menosprecio del nuevo fenómeno que representa Cambiemos”, *La Voz del Interior*, 06/11/2017. <https://www.lavoz.com.ar/opinion/hubo-un-menosprecio-del-nuevo-fenomeno-que-representa-cambiemos>

acima. Cristina, na campanha de 2015, foi um caso poucas vezes visto: um presidente que faz campanha contra o candidato escolhido pelo seu próprio partido. O chefe da Casa Civil, Anibal Fernandez, atacava Scioli durante toda a campanha. O próprio candidato não tinha muitas virtudes, era parte do peronismo tradicional, do centro-direita. Julian Dominguez, candidato do Scioli, e Anibal Fernandez, candidato da Cristina, enfrentaram-se numa batalha feroz pela definição da candidatura nas eleições internas para a governança da Provincia de Buenos Aires.

De fato, Macri obteve nas eleições internas do seu partido, que operaram como um primeiro turno da eleição em 2015, 24% dos votos, frente ao Scioli que obteve 38%.

Já no primeiro turno, um fato que inclinou a opinião pública para a oposição foi a primeira derrota do peronismo na Província de Buenos Aires desde 1987, para a candidata do Cambiemos, Maria Eugenia Vidal. Esse foi um fato chave e permitiu que Vidal surgisse como a principal liderança nova contra o peronismo. Ela se colocou como uma “self made woman” frente aos barões tradicionais do peronismo em Buenos Aires. Essa mesma dinâmica de polarização eleitoral foi importante para afirmar Macri como o principal opositor ao kirchnerismo, levando-o à presidência com 51% dos votos no segundo turno de 2015.

2) 2019: Uma eleição definida pelos resultados na economia

Uma questão que certamente vai definir a eleição de 2019 na Argentina é a economia. Quer dizer, se a economia mostra sinais de recuperação, Macri tem chances de ser reeleito. Ainda gera expectativas na sociedade, que também está com rechaço do kirchnerismo pelos escândalos da corrupção. A imprensa dominante e a televisão colocam essa questão o tempo todo no ar e na construção da agenda do país. Os analistas de opinião pública dizem que Cristina perde a eleição em segundo turno contra Macri. Esse cenário de polarização com o kirchnerismo, esse representando o “passado” e o governo o “futuro”, é conveniente para o Cambiemos. De fato, uma das razões pelas quais o governo conserva popularidade, é porque uma parte da população identifica Macri como um porto seguro para não voltar aos Kirchner.

Cristina Kirchner tem um patamar alto, mas um teto baixo, uns 30 por cento de intenções de voto. Então, um peronismo que tem pretensões de deixar Cristina fora tem

limites. Mas limites tem também um peronismo que quiser incluir ela. Um dos únicos candidatos que teria a capacidade de unir o peronismo e o kirchnerismo é o Felipe Solá, ex governador da Província de Buenos Aires. Se a Cristina Kirchner fosse candidata, ela estaria atrapada na rede de acusações de corrupção que tem em sua conta, que são muitas. Se o governo do Macri tivesse a visão de que ela pode se tornar novamente presidente, vai pressionar a justiça para que ela fique condicionada, assim como aconteceu com o Lula no Brasil. Só que Cristina tem acusações de corrupção que envolvem ela de um modo muito mais abrangente do que um tríplex no Guarujá.

Na Argentina, colocando o Brasil e a operação Lava Jato como modelo de referência, está sendo aplicada a “delação premiada” para os principais políticos e empresários que se beneficiaram com construções públicas ou fizeram doações ilegais de campanha. A imagem política e pública do governo da Cristina ficou machucada com as exposições da corrupção.

As previsões da economia para os próximos meses são ruins, e isso é um consenso entre economistas que aderem a visões do governo, assim como de economistas da oposição ao Cambiemos.

O governo Macri, contrariamente as previsões feitas na própria campanha, onde se apresentavam como uma força modernizante, técnica e eficiente, tem ido melhor na política do que na economia⁴⁹. Na política, gerou e manteve a expectativa de uma “mudança” – slogan de sua campanha – ainda que na economia não tenha trazido bons resultados para grandes parcelas da população.

O apoio do governo Trump e do FMI a Macri é um apoio a um governo entendido como “pro-mercado” contra o “populismo” dos K, e os próprios funcionários do governo Macri jogam com esse fantasma da volta do kirchnerismo para obter financiamento do capital internacional⁵⁰. Como já falou o analista Eduardo Fidanza, nas novas condições econômicas vai governar “o programa econômico do Fundo Monetário Internacional”. O próprio assessor e estrategista da campanha do Trump, Steve Bannon, tem falado que Argentina está dominada pelo FMI daqui há quatro anos, pela dívida acumulada, que vai condicionar este governo e os próximos.

⁴⁹ Natanson, José. Mauricio Macri en su ratonera El fin de la utopía gradualista, *Nueva Sociedad*, Julio-Agosto 2018.

⁵⁰ Pagni, Carlos. La tormenta era una crisis, *La Nación*, 27/09/2018, <https://www.lanacion.com.ar/2176004-la-tormenta-era-una-crisis>

Assim, o governo Macri passou de uma estratégia de gradualismo, relacionada com a continuidade do gasto público dos anos do kirchnerismo em grandes áreas, para uma dura estratégia de ajuste fiscal e déficit zero, como foi prometida ao Fundo Monetário pelo Ministro da Economia Nicolás Dujovne em troca pelos empréstimos⁵¹.

A dependência que se origina a partir de agora com o crédito do FMI à Argentina vincula sua política econômica a desse organismo internacional. A Argentina perde soberania. A saída do presidente do Banco Central, Luis Caputo, foi interpretada por um chefe empresarial como “mais poder para Christine Lagarde e Dujovne”. Eles tinham uma posição de não intervenção do Banco Central para fazer controle do dólar. O preço do dólar é um grande problema histórico da economia argentina que foi incrementado por Macri.

Na Argentina, diferente do Brasil, as pessoas não confiam na própria moeda e recorrem ao dólar para preservar a poupança. Isso disparou um processo especulativo que fez o dólar subir pelas pessoas que vão e compram para preservar o valor.

Com o endividamento do país a taxas muito altas no mercado internacional, e o aumento das taxas de juros na Reserva Federal dos Estados Unidos, Turquia e especialmente Argentina ficaram vulneráveis. Guido Sandleris, o presidente do Banco Central que assumiu há dois meses, foi o único funcionário que produziu uma política com sucesso na estabilização do dólar, com restrições da base monetária.

Além disso, em uma situação em que a economia continue com esses sinais de deteriorização, uma oposição dura ao governo se fortalecerá. Se, pelo contrário, a economia se recuperar antes da eleição, o peronismo de “centro-direita” de Juan Manuel Urtubey, Miguel Angel Pichetto, Juan Schiaretti e Carlos Massa ganhará força. De fato, Pichetto, uma das principais figuras do Senado, já está mergulhando numa outra alternativa, que é o discurso da extrema direita, impulsionado pelo trunfo do Bolsonaro no Brasil.

Do ponto de vista social, os impactos do ajuste fiscal e da proposta do FMI de reduzir a base monetária, dramatizam seguidos meses de queda do nível salarial e aumento do índice de pobreza – que já chegam a 27%.

⁵¹ Natanson, José. Mauricio Macri en su ratonera El fin de la utopía gradualista, *Nueva Sociedad*, Julio-Agosto 2018.

Com essa crise e mudanças na economia, o governo virou o seu discurso de modernização tecnocrática do início para um discurso mais focado na repressão e a ordem⁵². Assim, vão ser os rumos da economia e o grau de divisão ou articulação da oposição numa frente comum aqueles dois fatos que vão definir a eleição presidencial em 2019.

Referências

Natanson, José (2018) Mauricio Macri en su ratonera El fin de la utopía gradualista, *Nueva Sociedad*, Julio-Agosto.

Pagni, Carlos. La tormenta era una crisis, *La Nación*, 27/09/2018, <https://www.lanacion.com.ar/2176004-la-tormenta-era-crisis>

Semán, Pablo (2018) La ‘bolsonarización’ del macrismo, *Le Monde Diplomatique*, Edición Especial “Anatomía del neoliberalismo”, Noviembre-Diciembre de 2018.

Vommaro, Gabriel. Hubo un menosprecio del nuevo fenómeno que representa Cambiemos”, *La Voz del Interior*, 06/11/2017. <https://www.lavoz.com.ar/opinion/hubo-un-menosprecio-del-nuevo-fenomeno-que-representa-cambiemus>

⁵² Semán, Pablo. La ‘bolsonarización’ del macrismo, *Le Monde Diplomatique*, Edición Especial “Anatomía del neoliberalismo”, Noviembre-Diciembre de 2018.

5. Aníbal Quijano, intelectual latino-americano

Alexis Cortés⁵³

O desenvolvimento e consolidação das ciências sociais na América Latina durante o século XX estão estreitamente ligados a trajetórias intelectuais como a do sociólogo Peruano Aníbal Quijano (1928-2018). A biografia e a produção de Quijano levam as marcas do continente: perseguição política, exílio, lutas sociais e projetos emancipatórios. Poucos autores tiveram uma presença tão determinante nos grandes debates regionais e na projeção da teoria local mundo afora.

Aníbal Quijano praticamente começou sua vida acadêmica, na Universidade de San Marcos (1948), enfrentando uma ditadura desde a militância no movimento estudantil. Os dois encarceramentos que sofreu (1948 e 1950), seriam apenas o prelúdio de uma vida de compromisso militante e intelectual que encarou três ditaduras e dois exílios (um no Chile e outro no México). Ao longo desse percurso, dois traços apareceram com clareza: um forte compromisso intelectual com movimentos sociais de diferente tipo (notavelmente o movimento camponês, de pobres urbanos e o indígena); e uma insatisfação permanente com as ferramentas da teoria sociológica para dar conta de nossa realidade.

Ao descrever a relevância de Florestan Fernandes - outra das figuras monumentais das ciências sociais latino-americanas com quem, além do mais, tem em comum a recuperação pioneira do pensamento de José Carlos Mariátegui – Aníbal Quijano parecia se descrever, sem querer, a si próprio: “A sua biografia intelectual é signo e síntese de um modo de ser científico social latino-americano, adiantado da trajetória de toda uma geração. Não toda essa geração se manteve no empenho. Muitos se perderam. Ele viveu e morreu “*al pie del arpa*”, do lado dos explorados e dos dominados do mundo. A sua é uma das poucas biografias completas deste desconcertado tempo”⁵⁴ (Quijano, 1996, p. 68)

⁵³ Departamento de Sociología da Universidad Alberto Hurtado

⁵⁴ Todas as citações foram traduzidas desde o espanhol ao português pelo autor.

Para César Germana (2010) o projeto intelectual de Quijano foi ao mesmo tempo moral e político, o que teria contribuído a solidificar a sua principal contribuição teórica: o estabelecimento das bases de uma “epistemologia outra”, ou seja, uma racionalidade diferente e situada que busca a superação da lógica de conhecimento própria do euro-centrismo. Embora entre seus comentaristas não exista um acordo total sobre os diversos períodos de sua produção, a periodização de Ramón Pajuelo Teves (2002) é uma das mais convincentes. Para ele, é possível assinalar três fases cronológico-temáticas. Um primeiro momento datado na década de '60 e '70 se identifica com as contribuições de Quijano à teoria da dependência e à marginalidade urbana; a segunda fase, na década de '80, tem um viés fortemente cultural e se concentra nos debates sobre identidade, modernidade, estado e democracia, onde Quijano amplia seus estudos iniciais (sua tese de doutorado defendida em 1965) sobre a cultura “*chola*” no Peru e seu papel na mudança social; e finalmente desde começos dos anos '90 até o fim dos seus dias, uma fase protagonizada por sua teoria da colonialidade do poder e suas reflexões críticas sobre o eurocentrismo e a globalização.

Tal como afirma Víctor Hugo Pacheco (2018), todas estas fases tem como tema constante na sua obra e como eixo transversal, para além das discussões e viradas teóricas e políticas do próprio Quijano, o tópico da dominação e a crítica ao poder. Em cada um destes momentos, o sociólogo peruano virou um autor indispensável para compreender à América Latina, sendo partícipe do momento de maior visibilidade e lucidez teórica da região, anos 60 e 70, durante a polêmica sobre desenvolvimento e dependência (Domingues, 2007) e protagonizando a virada “de-colonial” como autor chave do post-colonialismo, um dos esforços atuais mais desafiantes de renovação e reinterpretação das ciências sociais latino-americanas (Ballestrin, 2017).

Efetivamente, as contribuições de Quijano são notáveis. Durante seu período como pesquisador da Divisão de Assuntos Sociais da CEPAL (1966-1971) no Chile, uma das instituições nodais para o desenvolvimento das ciências sociais da região (Beigel, 2009; Garretón, 2014), Quijano estudou profundamente os processos de urbanização e marginalidade, estabelecendo cedo rupturas significativas com as concepções eurocêntricas de conhecimento (Germana, 2010), mas também produzindo uma original síntese da Teoria da Dependência, do processo de urbanização na América Latina e a marginalização da economia formal de importantes faixas da população pobre da região (Cortés, 2017).

Dois conceitos chaves concentram as principais apartações de Quijano à teoria nesse período: 1) o conceito de “urbanização dependente” que afirma que a história do fenômeno urbano na América Latina é inseparável da dependência, pois os diferentes períodos dela teriam deixado sua marca no desenvolvimento urbano da região, provocando os desequilíbrios e desigualdades típicas de nossas cidades, assim como a postergação e dependência do campo; e 2) o conceito de “polo marginal” que define a aquele setor da economia que não formaria parte do seu núcleo mais produtivo e hegemônico, pois não cumpriria nenhuma função na acumulação de capital nem produtiva, seria apenas um setor que sobra. A ideia de “polo marginal” era análoga a de “massa marginal” do cientista político argentino José Nun (2001), ambos os conceitos implicaram uma leitura crítica da herança marxista, em particular do conceito de “Exército de Reserva” e deram centralidade aos debates sobre a segmentação do mercado de trabalho e a informalidade crescente dos trabalhadores urbanos.

Esse período está fortemente mediado por uma profunda insatisfação teórica e por uma forte rejeição das visões que reduziam o exercício intelectual à aplicação mecânica de propostas teóricas externas, assumindo-as como projeções necessariamente universais. Na América Latina, segundo o sociólogo Peruano, todos os tempos históricos se combinavam num só, produzindo uma realidade labiríntica difícil de ser apreendida pela teoria convencional. Assim, “toda uma geração de científicos sociais assumiu claramente que o conhecimento da realidade social é principalmente o produto da crítica da sociedade e em primeiro termo do poder (...). Foi nesse trabalho que virou obrigatório não apenas a confrontação explícita com o a-historicismo e o positivismo lógico do estrutural-funcionalismo e com o dualismo evolucionista do mesmo e do materialismo histórico. Mais decisivo, sem dúvida, foi tentar cunhar os conceitos mais aptos para outorgar sentido aos fatos da experiência” (Quijano, 1996, p. 66). A dependência, a marginalidade e o estruturalismo da CEPAL seriam resultado dessa opção intelectual.

Essa insatisfação constante com a teoria seria aplicada até contra suas próprias contribuições teóricas. Assim foi quando considerou que suas reflexões sobre a dependência não teriam superado totalmente as lógicas eurocêtricas de conhecimento (Quijano, 2000). O desafio epistêmico que Quijano propunha a começo dos anos '90, quando inaugurou os debates sobre a “colonialidade do poder”, obrigavam a uma revisão profunda do cânon de conhecimento regional que ele mesmo contribuiu a criar. Para

Quijano, a colonialidade do poder implicava assumir que a lógica da colonialidade não se esgotava política e economicamente com o fim histórico do colonialismo. Aliás, teria se configurado um processo de estruturação do sistema-mundo com o colonialismo e com a incorporação da América Latina a divisão internacional do trabalho, que criou a modernidade, sob o traço do estabelecimento de uma hierarquia étnico-racial de caráter global. O racismo se transformaria assim no princípio que organiza e estrutura as múltiplas hierarquias do sistema-mundo: “uma vez terminado o status formal de colônia, a colonialidade não terminou, persistiu nas hierarquias sociais e culturais entre o europeu e o não europeu” (Quijano; Wallerstein, 1992, p. 584).

A colonialidade encontrou no eurocentrismo o principal modo de produção e controle da subjetividade e do conhecimento. Ou seja, a consolidação de um tipo de racionalidade que hegemoniza mundialmente a produção válida de conhecimento, subordinando e colonizando às outras perspectivas de conhecimento não europeias. Daí as propostas identificadas com o giro “decolonial” que procuram a descolonização teórica, política e epistemológica do mundo, superando a colonialidade global que persistiria em diferentes dimensões da vida social (Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2009). Esta virada tem permitido recuperar vozes esquecidas do continente: autores indígenas, feministas e afrodescendentes; propondo uma renovação do pensamento crítico que até certo ponto implica superar os autores clássicos da região (Quijano incluso).

Esta virada também tem sido criticada por inverter a lógica do eurocentrismo, reduzindo a modernidade apenas ao seu lado escuro (Domingues, 2009) e porque embora tenha incrementado a capacidade destituente da teoria ao denunciar o etnocentrismo, não teria o mesmo sucesso para instituir um projeto teórico que o substitua (Bringel; Domingues, 2015). Porém, em qualquer caso, o desafio de Quijano e dos autores inspirados na sua ideia de colonialidade do poder obrigam ao exercício crítico de revisitar as origens e percursos das nossas disciplinas para questionar a vigências das ideias, debates e exercícios que as animaram. Nesse processo, está claro que a figura de Aníbal Quijano emerge como indispensável e como uma expressão do mais sofisticado que produziu nossa teoria.

Referências

- Ballestrin, Luciana (2017) Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. *Dados*, v. 60, n. 2, p. 505–540, abr.
- Beigel, Fernanda (2009) La Flacso chilena y la regionalización de las ciencias sociales en América Latina (1957-1973). *Revista mexicana de sociología*, v. 71, n. 2, p. 319–349, jun
- Bringel, Breno; Domingues, José Maurício (2015) Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. *Caderno CRH*, v. 28, n. 73, p. 59–76, abr.
- Cortés, Alexis (2017) Aníbal Quijano: Marginalidad y urbanización dependiente en América Latina. *Polis (Santiago)*, v. 16, n. 46, p. 221–238, abr.
- Domingues, José Maurício (2007) Aproximações à América Latina: Desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Domingues, José Maurício (2009) Global Modernization, ‘Coloniality’ and a Critical Sociology for Contemporary Latin America. *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 1, p. 112–133, 1 jan.
- Garretón, Manuel Antônio (2014) Las ciencias sociales en la trama de Chile y América Latina: Estudios sobre transformaciones sociopolíticas y movimiento social. Santiago de Chile: LOM.
- Germana, Cesar (2010) Una epistemología otra: el proyecto de Aníbal Quijano. *Nómadas*, n. 32, p. 211–221, abr.
- Grosfoguel, Ramon (2008) Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115–147, 1 mar.
- Mignolo, Walter (2009) La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. Madrid: Gedisa.
- Nun, José (2001) Marginalidad y Exclusión Social. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Pacheco, Victor Hugo (2018) Aníbal Quijano, la lucha es contra toda forma de dominio y poder. *Memoria*, v. 3, n. 267, p. 73–75.
- Pajuelo Teves, Ramon (2002) El lugar de la utopía. Aportes de Anibal Quijano sobre cultura y poder. In: Mato, Daniel. (Ed.). (2002) Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder. Caracas: CLACSO, p. 225–234.

Quijano, Aníbal (1996) Florestan Fernandez: una biografia completa. *Estudios Avanzados*, v. 10, p. 63–69.

Quijano, Aníbal (2000) Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Lander, Edgar. (Ed.) (2000). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 201–246.

Quijano, Aníbal.; Wallerstein, Immanuel (1992) La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Sociología*, n. 134, p. 583–591.

Apêndice

Desde a edição n.4, publicamos um apêndice com a finalidade de sistematizar as atividades de pesquisa do NETSAL. Em poucas páginas, a intenção foi construir uma visão de conjunto do trabalho realizado nos mais diferentes formatos, como a publicação de livros individuais e coletivos, o lançamento de iniciativas editoriais próprias, a organização de seminários de debate acadêmico e político e a circulação de pesquisadores visitantes no núcleo. A ideia de preservar essa memória através de um registro anual foi então acolhida pela coordenação. Por ser a publicação que mais amplamente dialoga com nossas linhas de discussão ao longo do ano, o Dossiê Temático foi o veículo escolhido para abrigar essa retrospectiva.

Eventos:

Lançamento do livro *Medio Siglo de Sociologia en la Argentina*

No dia 11 de junho de 2018, organizamos o lançamento do livro *Medio Siglo de Sociologia en la Argentina*”, escrito por Juan Pedro Blois, ex-aluno do IESP e ex-pesquisador do NETSAL. Na mesa estavam o autor do livro, José Mauricio Domingues (IESP-UERJ), Antonio Brasil Jr. (IFCS-UFRJ) e Eloísa Martín (IFCS-UFRJ).



O Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) convida para o lançamento do livro: *Medio siglo de sociología en la Argentina. Ciencia, profesión y política (1957-2007)*, de Juan Pedro Blois (CONICET-UNGS). O evento contará com a presença de Antonio Brasil Jr. (IFCS-UFRJ), Eloísa Martín (IFCS-UFRJ) e José Mauricio Domingues (IESP-UERJ).

11 de junho, 18.30 h. Rua da Matriz 82, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ.







Seminário interações entre os movimentos sociais e o Direito



No dia 28 de setembro, realizamos o Seminário interações entre os movimentos sociais e o Direito. O objetivo do evento foi discutir aspectos das mudanças recentes nas formas de ação coletiva e protesto, sobretudo, os significados da aproximação entre os atores do campo jurídico e os movimentos sociais.

Cursos:

Curso de extensão CIDADE: Olhares periféricos



O curso de extensão CIDADE: Olhares Periféricos teve por objetivo resgatar e apresentar olhares politicamente negados sobre a cidade. Não só olhares, mas sons, leituras e práticas que apresentem sensibilidade e sentido distintos àqueles que se colocam como visões oficiais sobre o mundo e a história. Ao todo, foram 36 horas de aulas e debates sobre a cartografia multifacetada a partir da qual as cidades são produzidas.

Mini curso geopolítica: novas perspectivas teóricas e metodológicas

O mini curso, organizado em parceria com o Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL) da UNIRIO, foi ministrado durante três dias pelo prof. Heriberto Cairo, da Universidade Complutense de Madrid. Através de uma interface entre ciência política, relações internacionais, geografia e sociologia, foram discutidas novas e velhas abordagens sobre o tema da geopolítica

04, 05 e 06 SETEMBRO/2018
14-17H

MINI CURSO GEOPOLÍTICA:
NOVAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Prof. Heriberto Cairo
*Facultad de Ciencias Políticas y Sociología
Universidad Complutense de Madrid*

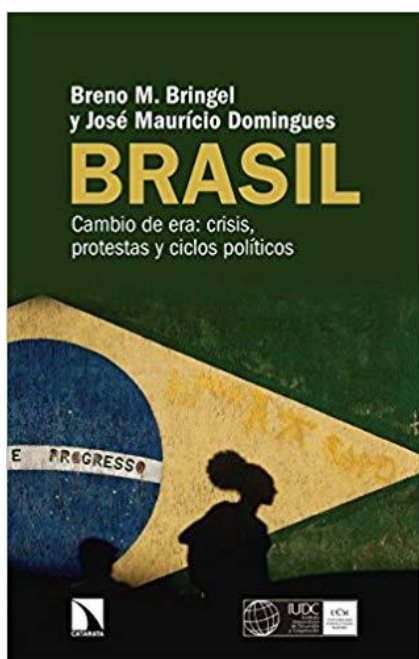
Programa e Inscrição gratuita:
[AQUI](#)

Local:
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP)
Escola de Ciência Política. Sala 103.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo
Rio de Janeiro.

Organizam:

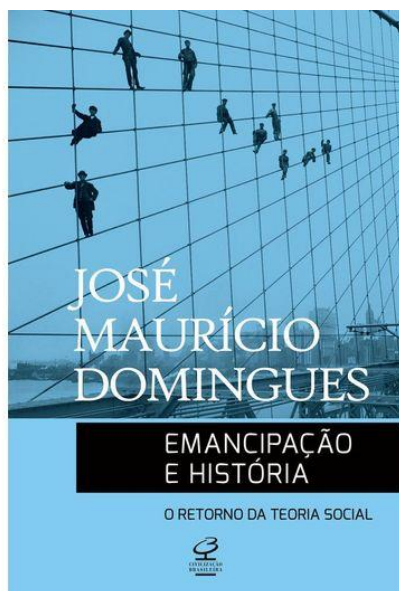


Livros:



BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Brasil. Cambio de era: crisis, protestas y ciclos políticos. Editora Los Libros de la Catarata. 2018.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (org.). Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial. CLACSO. 2018.



DOMINGUES, José Mauricio. Emancipação e história. O retorno da Teoria Social. Civilização Brasileira. 2018.

BRINGEL, Breno; BRASIL JR, Antonio (Orgs.). Antología del pensamiento crítico brasileño contemporáneo. CLACSO. 2018.

